

TEMPO LIVRE, LAZER E LUTA IDEOLÓGICA

Katia Brandão Cavalcanti

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A existência do lazer está diretamente relacionada à existência do tempo livre, porém não se reduz a este. O tempo livre e o lazer na atual sociedade têm inevitavelmente um caráter de classe: se o tempo livre está inserido na esfera das lutas políticas da classe trabalhadora, o lazer se coloca no âmbito da luta ideológica. A compreensão desses dois fenômenos sociais na sua especificidade e interdependência é de fundamental importância para situar o problema do conteúdo cultural do tempo livre, tendo em vista a formação de um novo homem e de uma nova sociedade.

O tempo livre no Brasil é hoje considerado uma realidade objetiva, enquanto o lazer continua impregnado de subjetivismo e relativismo. Ao se reduzir o lazer a um fenômeno individual e existencial, está se negando a objetividade do lazer como fenômeno profundamente ideológico. Defende-se, portanto, a liberdade do indivíduo no tempo livre como se este tivesse condições de satisfazer suas necessidades básicas, independentemente da posição que ocupa numa sociedade dividida em classes. Porém, a realidade mostra que a maioria da população brasileira ainda não consegue satisfazer as suas necessidades mais fundamentais de vida. Então, pergunta-se: que liberdade é esta e quem pode exercê-la ?

Ao analisar o tempo livre na atual sociedade, verifica-se que não é o lazer que tem se estruturado nesse tempo, mas ao contrário, é a sua negação que cada vez mais tem se tornado presente.

O PROCESSO DE ESTRUTURAÇÃO DO ANTILAZER NA SOCIEDADE

Aborda-se inicialmente a questão do equívoco na busca de satisfação através das atividades corporais. Em seguida, trata-se da conformidade como alternativa para a insegurança do indivíduo. Depois, focaliza-se o problema da participação na relações sociais do indivíduo, e, por último, aborda-se a ostentação do ter como um mecanismo de desvio para a satisfação da necessidade de auto-estima do indivíduo.

O EQUIVOCO NA BUSCA DE SATISFAÇÃO ATRAVÉS DAS ATIVIDADES CORPORAIS

A sociedade atual tem oferecido alguns modelos de atividade física que determinam uma prática corporal particular, cujo único objetivo é permitir ao indivíduo a continuação do trabalho em condições normais de exploração, impedindo que ele questione a máquina repressiva e o sistema de alienação.

Como há uma estreita relação entre a dinâmica social e a dinâmica corporal, de uma forma ou de outra a sociedade está presente na estrutura e nas funções do corpo, É por isto que se observa hoje um verdadeiro "culto do corpo alienado" e sua conseqüente exploração no tempo livre como uma natural prolongamento do modo capitalista de produção.

Para a sociedade capitalista, o tempo livre deve ser um tempo necessário para que se possa consumir as mercadorias produzidas pelo sistema, tendo em vista manter uma certa estabilidade na relação econômica da produção e do consumo. Nesse sentido, a ideologia burguesa tem um papel preponderante sobre a utilização do tempo livre pelo indivíduo. É através da ideologia dominante na sociedade que se difunde massivamente a ideologia consumista, que, por sua vez, determina uma ideologia de consumo do corpo, pelo corpo e para o corpo.

Esta explosão cultural do corpo surge como a aparição massiva de imagens do corpo em todas as esferas dos meios de comunicação de massa. O corpo nu, o corpo bronzeado ou o corpo musculoso, tornou-se então uma mercadoria altamente valorizada. Constata-se, portanto, uma mudança fundamental na forma como a sociedade concebe o corpo. Se a época medieval e moderna caracterizavam-se como uma civilização contra o corpo, devido à forte influência religiosa que exaltava a salvação da alma através de sacrifícios materiais corporais; no período contemporâneo, parece haver uma inversão nesse quadro, passando-se então para uma civilização que valoriza o corpo. Entretanto, coloca-se a seguinte questão: qual é o real valor do corpo na atual sociedade? A civilização do corpo possibilita de fato uma libertação do corpo e do indivíduo? Basta uma análise superficial do fenômeno para se concluir que a sua essência é repressiva, e a exaltação do corpo na atual sociedade não passa de simples aparência, estando circunscrita aos interesses econômicos do modo de produção capitalista.

Enquanto na esfera no trabalho atua a repressão pura, na esfera no tempo livre ocorre a auto-repressão "livremente consentida", uma vez que o indivíduo reivindica o que a sociedade propõe.

No que se refere ao corpo, observa-se no tempo livre o predomínio das atividades esportivas sobre as demais possibilidades de atividades físicas lúdicas ou criativas. Essa constatação evidencia que o indivíduo não conhece o seu próprio corpo, desconhecendo também suas reais necessidades de movimento e de repouso. Não tendo uma percepção real de suas verdadeiras necessidades fisiológicas, o indivíduo não poderia, portanto, buscar formas adequadas de satisfação e, conseqüentemente, não suprirá deficiências de seu organismo em termos de movimento ou de repouso no tempo livre.

A prática das atividades físicas no tempo livre tem sido, portanto, uma prática alienada, caracterizada como antilazer. Esta prática está mais vinculada aos interesses econômicos da atual sociedade do que aos interesses do indivíduo que luta por sua própria humanização, pois este já não consegue escolher a atividade física mais adequada às suas condições orgânicas. Esta escolha é determinada de fora para dentro, gerando uma considerável ansiedade no indivíduo, à medida que há pressão externa para buscar a forma física e adequar-se aos padrões estéticos estabelecidos para o corpo. Exercendo o mínimo de autonomia sobre o seu tempo livre, o indivíduo torna-se importante para se defender do consumismo esportivo.

A CONFORMIDADE COMO ALTERNATIVA PARA A INSEGURANÇA

A repressão material e espiritual imposta pela sociedade à maioria dos indivíduos tende a destruir o referencial de vida do ser humano. Toda repressão destrói partes do eu verdadeiro do indivíduo, forçando a substituição do sentimento reprimido por um pseudo-sentimento. Se o seu original é aquele que dá origem às atividades mentais do indivíduo, o pseudo-eu é apenas um agente que determina o papel que se espera que o indivíduo represente. Esse processo de perda e substituição do eu por um pseudo-eu deixa o indivíduo em estado de intensa insegurança e conflito de identidade. Cheio de dúvidas, o indivíduo se vê compelido a conformar-se, ou seja, procurar sua identidade na contínua aprovação e reconhecimento dos outros.

A conformidade é o mecanismo através do qual a autoridade anônima atua. O indivíduo deve fazer o que todos fazem, em conseqüência, deve adaptar-se, não ser diferente, não sobressair. Deve estar disposto a modificar-se de boa vontade, de acordo com as mudanças do tipo padrão, não tendo que perguntar se está certo ou não, mas se está adaptado.

Sem dúvida, é a conformidade que tem predominado no atual modo de vida das sociedades capitalistas. Em inúmeras circunstâncias, o indivíduo parece ter perdido o sentido do valor e da dignidade de si mes-

mo. Essa perda tem provocado insegurança, fazendo-o buscar o alívio na conformidade, através da submissão à autoridade anônima.

No caso específico do lazer, o indivíduo não sabe o que fazer de si mesmo, como utilizar com algum sentido o seu tempo livre. Há um anseio generalizado por tempo livre e, ao mesmo tempo, pela passividade. A publicidade apela para este desejo, oferecendo inúmeros produtos eletrônicos, cuja ênfase está no "conforto".

A autoridade anônima atua através dos meios de comunicação de massa, indicando as formas mais adequadas de utilização do tempo livre. Os interesses físicos do indivíduo são manipulados pela ideologia dominante, valorizando-se aqueles que correspondem aos padrões culturais estabelecidos, fazendo o indivíduo pensar que essas "sugestões" de atividades no tempo livre são de fato o que de melhor existe para ele. E é com naturalidade que o indivíduo aceita as propostas de divertimento oferecidas pelo sistema, ao mesmo tempo em que busca esta orientação como forma de superar a sua insegurança em relação as suas próprias escolhas. Entretanto, é ele mesmo quem decide sobre o que se quer que ele decida no tempo livre.

A NEGAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS DO INDIVÍDUO.

Se o indivíduo perde o senso de sua identidade, tende a perder o senso de suas relações com a natureza e a sociedade, devido não só ao vazio existente em sua vida, como também à ansiedade. Quando o indivíduo se sente interiormente vazio, é natural que tenha a impressão de que a natureza e a sociedade à sua volta esteja também vazia, morta.

Quando o eu do indivíduo é desprezado, as suas relações sociais forçosamente se tornam superficiais, coisificadas, uma vez que não é o indivíduo como tal que está se relacionando com a natureza ou a sociedade, mas são mercadorias que estão sendo trocadas no mercado social.

O indivíduo se sente, então, como uma coisa a ser empregada com êxito no mercado. O indivíduo não se sente mais como sujeito, portador de potencialidades humanas, pois está alienado de suas capacidades e a sua finalidade é apenas vender-se. O sentimento de sua identidade não nasce de sua atividade como ser da ação e da reflexão, mas de sua função econômica na atual sociedade dividida em classes.

O tempo livre é a esfera privilegiada da vida social para a realização dessas transações, nas quais o indivíduo já não vale por suas qualidades humanas. Assim, as relações sociais do

indivíduo se estabelecem em função da pressão econômica e da ideologia dominante.

Portanto, o distanciamento do indivíduo em relação ao processo de produção da sociedade como um todo e, em particular, dos conteúdos culturais do tempo livre, na realidade impede o indivíduo de satisfazer suas necessidades básicas de participação, transformando assim o seu tempo livre na negação do lazer, ou seja, no antilazer.

A OSTENTAÇÃO DO TER COMO DESVIO DA AUTO-ESTIMA

Na atual sociedade capitalista, cujo modo de produção implica a propriedade privada dos meios e dos bens materiais da produção, o ter passou a ser uma aspiração dominante entre os indivíduos. Numa sociedade dividida em classes na qual a propriedade privada pressupõe relações humanas de dominação e subordinação, o desejo do ter parece significar, por um lado, a ilusão de superação da situação de opressão em que se encontra a maioria dos indivíduos, e, por outro lado, a demonstração de poder pela minoria dominante na sociedade.

Na esfera do tempo livre, a possibilidade de exibir a quantidade de tempo disponível para si é motivo de orgulho para muitos indivíduos. O conteúdo do tempo livre é prestigiado pelo seu valor de troca, não importando o seu valor de uso. Assim, as atividades praticadas no tempo livre valem à medida que o seu valor de troca é expressivo.

Procurando satisfazer sua necessidade de auto-estima, o indivíduo procura exibir diferentes formas de diversão que podem ser compradas no "mercado cultural", por preços elevados. A qualidade da atividade em si não importa, pois o que determina o seu valor é o seu preço.

O consumo de determinados conteúdos do tempo livre é, assim, motivo de prestígio para o indivíduo. Entretanto, nessa desesperada busca de aprovação dos outros, uns podem e outros não podem. A minoria economicamente favorecida pode, e então satisfaz essa necessidade de consumo dos bens culturais do tempo livre tal como é estruturada pelo modo de produção capitalista. Já a maioria explorada, não tendo igual poder de compra, é obrigada a se contentar com bens culturais de baixa qualidade, não satisfazendo, assim, nem a necessidade de prestígio criada pela própria sociedade, nem a sua real necessidade de auto-estima, pois desconhece completamente o seu referencial de vida.

Portanto, a transformação do tempo livre em lazer numa sociedade capitalista, dividida em classes, caracteriza-se como um mecanismo

ideológico no qual permite ao antilazer se estruturar em toda sua plenitude desumana. Compra-se o direito de consumir ao preço da renúncia do direito de criar: direito de criar um novo homem, direito de criar uma nova sociedade.

LAZER E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A exigência fundamental para que o lazer se torne uma realidade para o indivíduo na atual sociedade é a possibilidade concreta de sua participação no tempo livre e nos demais setores da vida social.

O lazer enquanto fenômeno social implica, portanto, a concretização do processo de participação social no tempo livre. Há dois aspectos distintos quanto à forma de participação do indivíduo na sociedade: participação como estado ou situação, e participação como ação ou compromisso. No primeiro caso, considera-se o fato do indivíduo participar, ou seja, o fato do indivíduo pertencer a um determinado grupo social. No segundo caso, considera-se o ato do indivíduo participar em, ou seja, o ato do indivíduo tomar parte ativa num grupo, tendo em vista a atividade social que é exercida.

Uma autêntica participação social se caracteriza pelo processo mediante o qual grupos e classes sociais tomam parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada. Ao se considerar participação social nessa abrangência, o seu significado se transfere de uma dimensão superficial do mero ativismo imediatista, em geral sem conseqüências sobre a totalidade, para atuar no cerne das estruturas sociais, políticas e econômicas. Sendo assim, uma sociedade participativa seria aquela em que todos os cidadãos pudessem tomar parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens da sociedade de forma eqüitativa. Numa sociedade participativa toda a estrutura social e todas as instituições deveriam estar organizadas para viabilizar a participação do indivíduo nos diferentes setores da vida social.

Qualquer que seja a organização da sociedade humana, qualquer que seja o grau de desenvolvimento em que se encontre, a primeira condição de sua existência é a produção de bens materiais, tendo em vista satisfazer suas necessidades. Ao produzir bens materiais, o homem produz e reproduz toda a ordem social de sua vida. É no processo de produção que o homem se forma como ser social. Portanto, o trabalho é a base da vida social, uma necessidade natural do homem. A própria vida humana seria impossível sem a atividade produtiva, sem o trabalho.

A participação social do indivíduo no processo de produção pressupõe que ele tome parte na propriedade dos meios de produção, na

organização e controle do trabalho, na elaboração do produto e na propriedade do produto gerado pelo processo produtivo.

O surgimento da propriedade privada e conseqüentemente das classes, provoca enormes transformações sociais. Muda-se a base da vida social, mudando o caráter da produção e de sua organização social, como também modifica-se a estrutura e o conteúdo da consciência social. Isto faz surgir novos fenômenos da vida social, entre os quais se reveste de particular importância a esfera das relações sociais, das instituições e das organizações sócio-políticas.

Isto significa que, com o aparecimento das classes sociais, surge uma esfera especial da vida social: a esfera das relações sócio-políticas, na qual se trava a luta de classes pela possibilidade de dirigir toda a sociedade. Como a economia desempenha um papel determinante na sociedade, a classe social dominante na economia possui a possibilidade material de impor seu interesse a toda a sociedade, de impor também sua organização e administração, conseqüentemente, seu domínio político.

É na esfera da política que as relações econômicas se refletem de forma mais direta. Toda base econômica penetrada de antagonismo de classe dá lugar a uma determinada organização política da sociedade, mantendo-se uma plena correspondência entre o econômico e o político. A classe dominante e dirigente na economia é também a classe que domina e que dirige a política de toda sociedade. A organização política da classe dominante na economia é o Estado.

A participação do indivíduo na gestão da produção e da sociedade, como se pode observar, é extremamente limitada ou até inexistente. Só como a superação de todas as formas de burocratismo existente hoje é que se poderá falar de uma verdadeira participação do indivíduo na gestão da sociedade. A inversão nesse processo pressupõe a incorporação cada vez mais ampla dos trabalhadores na administração, na realização das funções de controle popular e no desenvolvimento da crítica e da autocrítica.

As formas de distribuição dos bens materiais também dependem do caráter da propriedade sobre os meios de produção. Na atual sociedade, a propriedade privada condiciona uma distribuição extremamente injusta dos bens materiais. O proprietário dos meios de produção obtém a maior parte dos bens produzidos, embora não participe diretamente na produção.

Só a propriedade social dos meios de produção pode assegurar o princípio de distribuição justa dos bens materiais, de acordo com a força de trabalho empregada no processo de produção e que corresponde aos interesses de todos os trabalhadores. Portanto, torna-se necessário converter em patrimônio do povo toda a riqueza da sociedade, para que os

indivíduos possam ter o real direito de usufruir os bens materiais produzidos com o seu trabalho.

Portanto, a produção, a gestão e o usufruto de bens materiais são características da participação social do indivíduo. Se um determinado grupo social produz e não usufrui dessa produção, ou se produz e usufrui, mas não toma parte na gestão do processo produtivo, não se pode dizer que esse grupo tenha uma verdadeira participação na sociedade.

Sendo a participação social uma exigência fundamental para que o tempo livre possa se transformar em lazer, este deverá ser conquistado à medida que o indivíduo tiver condições de experiência a participação nos diferentes setores da vida social.

A existência do tempo livre enquanto fenômeno social inserido na esfera das lutas políticas da classe trabalhadora é o suporte material para a realização do lazer. Se a transformação do tempo livre em lazer pressupõe a satisfação de necessidades materiais e espirituais básicas do indivíduo e, sabendo-se que a ideologia burguesa atua encobrindo a verdadeira realidade social do indivíduo, como então conquistar o lazer ?

Na sociedade capitalista, o espaço político do tempo livre é o palco onde se trava a luta ideológica a favor ou contra o lazer, ou seja, a favor ou contra a formação de um novo homem. Neste sentido, ao se defender o lazer, em conseqüência, a formação de um novo homem para uma nova sociedade, o conteúdo cultural do tempo livre deve se caracterizar como um instrumento de autodefesa, no qual o indivíduo poderá compreender sua própria realidade e se organizar coletivamente para buscar alternativas de satisfação para as suas necessidades. A partir daí, será então possível a conquista do lazer, enquanto desenvolvimento individual e social, através das relações que o indivíduo possa estabelecer com a natureza, com os outros, consigo mesmo e com a sociedade como um todo.

Nesse contexto de luta ideológica, o conteúdo cultural do tempo livre deve se orientar pela ideologia socialista, cujo valor fundamental é a igualdade entre os homens; deve ter como organização a autogestão social, na qual os indivíduos participem da produção, da gestão e do usufruto desses bens culturais; e deve também se caracterizar pela presença constante do valor coletivismo nas relações estabelecidas entre indivíduos e grupos.

A concretização do lazer na atual sociedade depende, portanto, do processo de luta ideológica, no qual indivíduos e grupos envolvidos devem lutar contra o conservadorismo da classe burguesa e a espontaneidade dos movimentos sociais. O conteúdo cultural do tempo livre deve se fundamentar sobre uma base ideológica completamente nova, na qual a consciência deve estar livre de idéias mitológicas, religiosas, utópicas, conservadoras e reacionárias que têm impregnado a concepção e a

explicação científica do mundo. Dessa forma, pode-se afirmar que o conteúdo cultural do tempo livre sob uma nova ideologia cria, por sua vez, um novo tipo de consciência, relacionada diretamente com os interesses práticos de grupos e classes, com suas necessidades reais e com as tarefas do desenvolvimento social.